

A cultura da dominação

The domination culture

Eliane de Mello ¹



Resumo

Este artigo pretende tratar de alguns aspectos referentes à formação de uma cultura voltada para a dominação e a exploração capitalista. Parte-se das discussões de Nestor Garcia Canclini, Zilá Bemard, Everardo Rocha, Michel Foucault, Hannah Arendt, E. P. Thompson, Sidney Chalhoub e Regina Weber, que colocam a diferença racial, a disciplina e as relações de trabalho como determinantes nos processos de dominação. Uma estrutura que permanece “inabalável” até nossos dias.

Palavras-chave: **Dominação. Disciplina. Trabalho. Capitalismo. Identidade. Memória.**

Abstract

This article aims to discuss some aspects regarding the development of a culture focused on domination and the capitalist exploration. The starting point is the debate of Nestor Garcia Canclini, Zilá Bemard, Everardo Rocha, Michel Foucault, Hannah Arendt, E. P. Thompson, Sidney Chalhoub and Regina Weber, that set the racial differentiation, the discipline and the work relationships as critical in the dominance processes contexts. A structure that stays “unshaken” nowadays.

Keywords: **Domination. Discipline. Labor. Capitalism. Identity. Memory.**

Introdução

A dominação é um processo complexo que não se dá somente no espaço político ou econômico; ela se processa, sobretudo, no campo cultural. É claro que muitos dirão que o domínio cultural cabe aos que detêm o poder político ou econômico. De certa forma, não discordamos desta afirmação. Neste trabalho, porém, procuramos argumentar que os agentes do Sistema Capitalista [grifo nosso] acumulam riquezas enquanto controlam a cultura, e, ao longo da história, produziram as mais diversas estratégias para consolidar sua dominação. O darwinismo social, o etnocentrismo, as ideologias do trabalho e os processos disciplinadores (FOUCAULT, 1987) são expressões desta necessidade, pois moldaram comportamentos essenciais

para a produção desta sociedade: o cerne do cidadão moderno é pensado a partir da lógica capitalista, segunda a qual o operário precisa ser organizado, trabalhador e principalmente submisso.

Para Canclini, uns se sobrepõem aos outros na medida em que vão adquirindo condições materiais, mas esta hegemonia não poderia ser mantida se os que detêm o poder não pudessem “manipular” a forma de pensar das pessoas; não controlariam a economia e a política se não controlassem a cultura. Conforme o autor, a supremacia se constrói a partir de determinados pressupostos:

- a - a propriedade dos meios de produção e a capacidade de apropriar-se da mais valia;
- b - o controle dos mecanismos necessários para a reprodução material e simbólica da força de trabalho e das relações de produção

¹ Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijui). Departamento de Ciências Sociais. Licenciada em História. Professora da Rede Estadual do Rio Grande do Sul.

(escola, salário, meio de comunicação e outras instituições capazes de qualificar os trabalhadores e provocar consenso);

c - o controle dos mecanismos coercitivos (exército, política e demais aparelhos repressivos (CANCLINI, 1983, p. 35).

O discurso que propõe a superioridade natural de alguns povos foi usado como argumento para determinar que estes estavam predestinados a mandar. Conforme Zilá Bernard, a gênese da diferença entre as raças vem do Darwinismo Social, teoria inspirada nas pesquisas de Charles Darwin, cientista do Século XVI, que investigou a evolução das espécies. Ao aplicarem suas descobertas à sociedade, estas acabaram contribuindo para legitimar a exploração de “uns sobre os outros”:

após a conquista da América (...), a justificativa para a dominação dos índios alicerçou-se na pretensa inferioridade dos índios em relação aos europeus. Assim, a conquista e apropriação das terras legitimaram-se pela estruturação de um discurso que buscou argumentos morais, religiosos e científicos, para provar a inferioridade dos povos americanos, que estariam mais perto dos animais do que dos humanos (BERNARD, 1994, p. 16).

No Século XIX, Gobineu (1816-82) divulgava, através do “Ensaio sobre as desigualdades das raças”, a teoria de que as raças seriam desiguais. Inspirado em Darwin, argumentava “cientificamente” que haveria raças superiores e inferiores: “as raças são desiguais, e a raça branca é inequivocamente superior às demais raças” (BERNARD, 1999, p. 7). Assim se justifica o domínio dos brancos europeus sob os povos dos demais continentes. O branco é superior. A Europa é seu país de origem.

Assim, o etnocentrismo junta-se ao darwinismo. Segundo Everardo Rocha, conforme esta visão “nosso próprio grupo é tomado como centro de tudo e todos os grupos são pensados e sentidos através de nossos próprios valores, nossos modelos, nossas definições do que é existência, (ROCHA, 1993, p. 7). Todos os povos teriam de agir de acordo com um modelo cultural, do contrário não fariam parte desta sociedade imaginada como “referência”. Nesta perspectiva, quem não se adapta está fora dos padrões. Não é normal. A sujeição e a dominação aparecem, portanto, como virtudes.

Após a Revolução Industrial, outros argumentos juntam-se aos já citados, pois a conjuntura exigia a produção de novas mentalidades. O mundo do trabalho se modificava e, com ele, os trabalhadores.

Para Febvre, “o capitalismo nascente estabeleceu o trabalho como lei suprema do homem” (FEBVRE apud WEBER, 2002, p. 208). Conforme Hannah Arendt, “a era moderna trouxe consigo a glorificação do trabalho, e resultou na transformação efetiva de toda a sociedade em uma sociedade operária”. A formulação aparentemente blasfema de Marx, o maior dos teóricos do trabalho, “de que o trabalho (e não Deus) criou o homem, ou do que o trabalho (e não a razão) distingue o homem dos outros animais, era a formulação mais radical e coerente de algo com que toda a era moderna concordava”. “Ganhar o próprio sustento” tomou-se a obstinação de toda a sociedade (ARENDRT apud WEBER 2002, p. 209) .

Max Weber traz a concepção do trabalho como vocação, desenvolvida pela ascese protestante, que faz parte do espírito do moderno capitalismo e de toda a cultura moderna, cujo fundamento é “a conduta racional baseada na idéia de vocação”. Assim, destacam-se alguns dos argumentos de “A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo”: a) a ética capitalista estava vinculada à burguesia ascendente; b) nas circunstâncias mais recentes, em que o capitalismo se tomou dominante, a conjuntura econômico-política e político-social tende a determinar a Weltanschauung (visão de mundo), mas, no momento em que se emancipa, o capitalismo moderno precisou aliar-se às forças religiosas; c) o poder da ascese religiosa, além de garantir uma boa consciência ao empreendedor burguês, punha a sua disposição trabalhadores sóbrios, conscientes e incomparavelmente industriais, que se aferraram ao trabalho como uma finalidade desejada por Deus. Antecipando os estudiosos dos dispositivos de disciplina introduzidos pelo capitalismo, Weber fala em “adestramento para a cultura capitalista”. Thompson, depois de analisar as pressões externas para a imposição de uma nova disciplina de trabalho (divisão de trabalho, difusão dos relógios, controle do horário de trabalho nas fábricas, combate a certas práticas populares, como a inatividade das segundas-feiras), segue as pegadas de Weber, quando trata da interiorização da disciplina (WEBER apud WEBER, 2002, p. 210).

Conforme Batalha, é “em torno da noção de trabalho que se inicia a distinção entre ‘bons cidadãos’

e ‘classes perigosas’ nas sociedades capitalistas. O trabalho vem impregnado de uma conotação positiva, associada àquele que incorpora a ética do trabalho: o ‘bom operário’, laborioso, poupador, enquadrado numa perspectiva de ascensão social e sobretudo ordeiro, (BATALHA, apud WEBER, p. 212).”

No Brasil, a “implantação de uma ordem burguesa”, em uma sociedade oriunda de um regime escravista demandou, antes de tudo, a construção de uma “nova ética do trabalho”: “o conceito de trabalho precisava se despir de seu caráter aviltante e degradador, característico de uma sociedade escravista, assumindo uma roupagem nova que lhe desse um valor positivo (CHALHOUB apud WEBER, 2002, p. 213).

Segundo Regina Weber,

(. . .) a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no século XIX implicou, para as classes dominantes, a necessidade de adequar a sua visão de mundo às transformações socioeconômicas que estavam em andamento, e, para os libertos, significou sua conversão em trabalhadores; para tanto, era necessário reprimir os vícios que os libertos trouxeram de seu estado anterior: ‘educar o liberto significa transmitir-lhe a noção de que o trabalho é o elemento característico da vida civilizada (WEBER, op. cit. p. 214).

Para Chalhoub, a construção ideológica do conceito de trabalho traduz a visão de mundo das classes dominantes do fim do Império e enuncia seus elementos: o trabalho é o elemento ordenador da sociedade; o trabalho tem efeito moralizante; o indivíduo não pode esbanjar sua propriedade; paternalismo (o patrão tem autoridade sobre o trabalhador); em oposição ao trabalho, existe a vadiagem, que deve ser combatida (CHALHOUB apud WEBER, 2002, p. 214).

Assim, de acordo com Foucault, as disciplinas criaram “o homem” adequado às necessidades colocadas pelo mundo urbano industrial: “útil economicamente, pelo trabalho e produção; dócil politicamente, pela passividade, resignação e disciplina (SILVA, 2002, p. 1)”. “As ‘luzes’ que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas”. O sujeito moderno é ao mesmo tempo livre (indivíduo) e necessariamente sujeitado: retira sua existência do fato paradoxal de ser livre em sendo obediente, bom empregado, fiel à lei e parceiro da ordem (SILVA, Márcio, op. Cit.). “A disciplina aumenta as forças do corpo, em termos econômicos de utilidade, e diminui essas mesmas forças,

em termos políticos de obediência (FOUCAULT, op. cit., p. 26.)”. Nesse sentido, a constituição dos sujeitos, numa dada cultura, se processa através de determinadas práticas e discursos:

O poder disciplinar adentra para retirar e se apropriar melhor das forças que, ligadas, e, portanto, multiplicadas, podem ser utilizadas como um todo orgânico. A multiplicidade de processos do dispositivo disciplinar impõe-se às formas maiores de poder, como o Estado, por exemplo. Essa multiplicidade miúda e simples institui-se em toda uma penalidade ínfima que (...) funciona na oficina, na escola, no exército. Micropenalidade do tempo, micropenalidade da atividade, micropenalidade da maneira de ser, micropenalidade dos discursos, micropenalidade do corpo, micropenalidade da sexualidade. Toda uma série de processos sutis envolvem cada indivíduo numa teia de punição, tornada universal (SILVA, Márcio, op. cit., p.16.).

A disciplina se impõe como uma das formas mais poderosas de dominação que a humanidade já produziu e seu poder está na colaboração dos indivíduos, na aceitação da submissão, no cumprimento rigoroso de seus deveres - saberes que se estruturam nas igrejas, nas escolas, nas prisões, nos exércitos e nos locais de trabalho. Para Freire, “*o oprimido carrega o opressor dentro de si*”, respeita-o e procura mirar-se em seu exemplo. O comportamento dos submissos sofre a interferência daqueles que detêm o poder, sua forma de pensar e agir é colocada à mercê dos interesses de alguns. Parece-nos que é no campo da cultura que o poder se estabelece.

“Estamos na sociedade do professor juiz, do médico juiz, do educador juiz, do assistente social juiz. Todos fazem reinar a normalidade nos lugares onde estão” (FOUCAULT, op. cit., p. 251). O que vem ao encontro da manutenção do Sistema é considerado normal, o que foge disto é condenado a anormalidade e à conseqüente exclusão. Os dispositivos disciplinares atuam nas instituições e se normalizam no cotidiano.

Nas sociedades capitalistas, o trabalho disciplinado aparece como característica das culturas superiores. O bom cidadão sabe trabalhar produtivamente e os outros devem aprender a partir de seu exemplo, o que se constitui, também, num estímulo para os trabalhadores disciplinados: produzir se torna obsessão, reclamar ou reivindicar direitos se torna

“algo impensável”, pois a estrutura dominante ensina a passividade e inclui em seu meio, como bons cidadãos, somente aqueles que assimilam suas determinações.

Quando se “controlam os indivíduos”, tem-se o controle da sociedade. Os significados estipulados pelo grupo que domina nortearão a vida dos sujeitos: somos o que querem que sejamos, trabalhamos conforme os interesses de quem controla a produção de significados na sociedade. São os discursos dominantes que marcam significativamente nossa memória, que determinam quem somos e quem não somos, enfim, definem nossa identidade.

Para Foucault, “o discurso produz o real”; quem detém o poder produz o discurso e controla a sociedade, bem como a produção da identificação destes sujeitos. A identidade e a diferença são o resultado de um processo de produção simbólica e discursiva.

Silva argumenta que “a afirmação da identidade e a marcação da diferença implicam, sempre, em operações de incluir e de excluir. Dizer ‘o que somos’ significa também dizer ‘o que não somos’... A identidade e a diferença se traduzem em declarações sobre quem pertence e sobre quem não pertence, sobre quem está incluído e quem está excluído (Ibidem, p.82)”. Os valores, as crenças e a identidade coletiva definem as ações dos sujeitos dentro do coletivo social e estabelecem fronteiras que distinguem os grupos, marcam as diferenças:

A afirmação da identidade e a enunciação da diferença traduzem o desejo dos diferentes grupos sociais, assimetricamente situados, de garantir o acesso privilegiado aos bens sociais. A identidade e a diferença estão, pois, em estreita conexão com relações de poder. O poder de definir a identidade e marcar a diferença não pode ser separado das relações de poder. A identidade e a diferença não são, nunca, inocentes (IBIDEM, p. 81).

Os discursos instituídos na sociedade são reproduzidos no cotidiano, *a eficácia produtiva dos enunciados performativos ligados à identidade dependem de sua incessante repetição [grifo nosso]*. (SILVA., op. cit., p. 94).

A “citacionabilidade” trabalha no processo de produção da identidade. Quando se diz que “trabalhar é fundamental, ou que os brancos são melhores que os negros”, não se está manifestando uma opinião que tem origem plena e exclusiva em nossa intenção:

Esta não é a simples expressão singular e única de minha soberana e livre opinião. Em certo sentido, estou efetuando uma operação de recorte e colagem. Recorte: retiro a expressão do contexto social mais amplo em que ela foi tantas vezes enunciada. Colagem: insiro-a no novo contexto em que ela reaparece sob disfarce de minha exclusiva opinião. Na verdade, estou apenas citando ... Minha frase é apenas mais uma ocorrência de uma citação que tem sua origem em um sistema mais amplo de operações de citação, de performatividade e, finalmente, de definição, produção e reforço da identidade cultural (IBIDEM, p. 95).

Desta forma, o grupo que controlar os meios que produzem significados adquirirá a possibilidade de tornar-se cultura dominante e impor-se às demais.

Fixar uma determinada identidade como norma é uma das formas privilegiadas de hierarquização das identidades e das diferenças. A normalização é um dos processos mais sutis pelos quais o poder se manifesta no campo da identidade e da diferença. Normalizar significa eleger, arbitrariamente, uma identidade específica como parâmetro em relação ao qual as outras identidades são avaliadas e hierarquizadas. Normalizar significa atribuir a essa identidade todas as características positivas possíveis, em relação às quais as outras identidades só podem ser avaliadas de forma negativa. A identidade normal é “natural”, desejável, única. A força da identidade normal é tal que ela nem sequer é vista como uma identidade, mas simplesmente como a identidade (SILVA, op. cit., p. 83).

O poder de representação produz identidades e diferenças, demarca o papel dos indivíduos na sociedade:

a identidade e a diferença estão estreitamente ligadas a sistemas de significações; a identidade é um significado e a teoria cultural recente expressa essa idéia por meio do conceito de representação, que consiste, como qualquer sistema de significação, em uma forma de atribuição de sentido... A identidade e a diferença são estreitamente

dependentes da representação ... É por meio da representação que, por assim dizer, a identidade e a diferença passam a existir ... É também por meio da representação que a identidade e a diferença se ligam a sistemas de poder. Quem tem o poder de representar tem o poder de definir e determinar a identidade (Ibidem, p. 91).

Na memória, “só fica o que significa”, ou seja, apenas as representações mais pertinentes. A memória serve de instrumento para dizer quem somos e no que cremos. Halbwachs amarra a memória da pessoa à memória do grupo. É o grupo que decide o que vamos lembrar e, mais, a forma com que vamos analisar esta lembrança. Quem controla a produção de significados controla o que vamos lembrar, e conseqüentemente, tem o poder de contribuir expressivamente na produção de “quem somos” e das opções que faremos ao longo da vida. Tem o poder de nos submeter, conforme suas necessidades.

Referências

- BERNARD, Zilá. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.
- CANCLINI, Nestor Garcia. **As culturas populares no capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- ROCHA, Everardo. **O que é etnocentrismo**. São Paulo: Brasiliense, 1993.
- SILVA, Márcio. **As luzes que descobriram as liberdades inventaram também as disciplinas**. Disponível em: <www.sedes.org.br>. Acesso em: 23 dez. 2002.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. A produção social da Identidade e da Diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2000. p. 73-102.
- WEBER, Regina. **Os operários da colméia**. Ijuí: Unijui, 2002.